

Projeto de Lei 6.100/2009¹ – Estatuto do Idoso

O projeto de Lei nº 6.100 de 23 de setembro de 2009, apensado ao projeto 688 de 1999, pretende instituir norma efetiva de estimulação na contratação de pessoas com 60 anos ou mais. A presente proposta de TI, embora reconheça que o referido projeto pode assegurar o direito do idoso ao exercício de uma atividade profissional e sua reinclusão no mercado de trabalho, argumentará no sentido de que o projeto de lei incentiva a contratação de pessoas idosas, diminuindo conseqüentemente o preconceito existente hoje no mercado de trabalho.

A Legislação Previdenciária Brasileira foi significativamente alterada pela Emenda Constitucional nº 20/1998 que instituiu a exigência da idade legal para obtenção da aposentadoria do trabalhador brasileiro, prevendo-a como 65 anos para o homem e 60 para a mulher. Portanto, para que haja justiça social e seja possível ao trabalhador alcançar o benefício previdenciário, é imperioso que paralelamente se criem mecanismos para a erradicação do preconceito ao idoso no país.

Sob esta ótica, o projeto de lei se apresenta como resposta capaz de contribuir na busca de solução a esta necessidade social, sobretudo, ao estabelecer vantagens para que o empregador participe do programa de re-inclusão do idoso ao mercado de trabalho. Contudo, está longe de atender a realidade nacional, visto que as pesquisas da Organização Mundial de Saúde vem apontando o Brasil como um país de idosos, fato este que permite verificar que a reserva de cota mínima, estabelecida em singelo 5%, é insuficiente para fazer frente a este problema.

Sob outro aspecto, imensa é a legião de desempregados no país, e, conforme os estudos do Ministério do Trabalho, isto resulta de décadas de falta de investimentos em políticas de qualificação da mão-de-obra. Este problema se vê agravado quando a desqualificação profissional refere-se ao idoso, multiplicando-lhe as dificuldades de colocação no mercado. Logo, o projeto de lei ressentir-se da não

¹ Projeto disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/proposicoes> > Acesso em 30/09/2009.

previsão de medidas de estímulo ao empregador para que não somente empregue, mas ao lado disso, invista na qualificação do empregado idoso.

Conclui-se que, mesmo com a Legislação em vigência, a aproximadamente 7 anos, e com a proporção de 5% dos contratados, as empresas não cumprem as metas estabelecidas pelo Estado, situação que evidencia e põe em relevo uma situação de discriminação deste trabalhador, nas alegações de falta de força física ou psíquica.

Por fim, considera-se que a criação de disposições legais que versem sobre a contratação ou não de um trabalhador, diferenciando-o pela sua idade, cor, ou deficiência, não é a solução mais apropriada para diminuir e erradicar as imensas lacunas sociais do país. Um investimento claro na educação e conscientização de todos os setores da sociedade, seja através de políticas sócio-educativas, de ações não governamentais, são ainda um caminho melhor para que situações de desrespeitos, exclusões e preconceitos sejam transformadas em oportunidades de vida digna e cidadã.